

Sumário

Após a verificação do quórum, a Reunião Plenária foi declarada aberta pelo Sr. Primeiro Vice Presidente, eram 09 horas e 07 minutos.

Período de Questões Gerais e Declarações Políticas (P.Q.G.D.P.) – *Iniciou-se com uma Declaração Política, feita pelo Sr. Deputado António Monteiro (UCID), sobre a situação laboral dos trabalhadores de algumas empresas de segurança privada no País, pedindo a intervenção do Governo na avaliação da situação desse sector e uma intervenção política no Código Laboral com vista à melhoria da situação desses trabalhadores.*

Na sequência abriu-se um período de esclarecimentos, onde usaram da palavra os Srs. Deputados Julião Varela (PAICV), Joana Rosa (MPD), Rui Figueiredo Soares (MPD), Rui Semedo (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), Felisberto Vieira (PAICV), João Baptista Pereira (PAICV), além do próprio Deputado António Monteiro (UCID).

Seguidamente, a Sra. Deputada Isa Costa (MPD), em nome da sua bancada, procedeu à leitura de um Voto de Pesar em homenagem ao falecido artista António Vaz Cabral, mais conhecido por Ntoni Denti d'Oru. Feita a leitura, o Sr. Presidente anunciou um período de 10 minutos para a discussão do Voto lido, o que motivou interpelações à Mesa por parte dos Srs. Deputados Rui Figueiredo Soares (MPD), Felisberto Vieira (PAICV), Rui Semedo (PAICV), António Monteiro (UCID) e Janira Hopffer Almada (PAICV).

Sentindo-se ofendido durante a interpelação do Sr. Deputado Rui Figueiredo Soares (MPD), o Sr. Deputado António Monteiro (UCID) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento, tendo o primeiro respondido ao abrigo do n.º 2 do mesmo artigo.

De seguida, o Sr. Deputado Emanuel Lopes (MPD) interpelou a Mesa.

No período de discussão do Voto de Pesar em homenagem a Ntoni Denti d'Oru, usaram da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Isa Costa (MPD), Ana Paula Moeda (PAICV), Emanuel Lopes (MPD), Dora dos Reis (UCID), Júlio Correia (PAICV), além do Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto (Fernando Elísio Freire).

Durante o debate, interpelaram a Mesa os Srs. Deputados Rui Semedo (PAICV), João Baptista Pereira (PAICV), Emanuel Barbosa (MPD), Isa Costa (MPD) e o Rui Figueiredo Soares (MPD).

Sentindo-se ofendido pela Sra. Deputada Isa Costa (MPD), o Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) reagiu ao abrigo do n.º 1 do artigo 123º do Regimento, tendo a primeira respondido ao abrigo do n.º 2 do referido artigo.

Dando continuidade ao P. Q. G. D. P., o Sr. Deputado Julião Varela (PAICV) interveio sobre a fusão das agências reguladoras ARE (Agência de Regulação Económica) e ANAC (Agência Nacional das Comunicações) e sobre os preços praticados.

O Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD) interveio sobre a comunidade cabo-verdiana emigrada, elencando melhorias de alguns serviços como a emissão dos passaportes; a resolução de alguns problemas das embaixadas, entre outros. Na sequência, o Sr. Deputado Francisco Pereira (PAICV) e o referido Deputado prestaram esclarecimentos.

A Sra. Deputada Ana Paula Santos (PAICV) interveio sobre o sector da saúde, com ênfase na saúde mental e no álcool como factor de desenvolvimento do cancro.

Por sua vez, o Sr. Deputado Damião Medina (MPD) abordou os avanços e os desafios do Município do Porto Novo, tendo suscitado esclarecimentos dos Srs. Deputados Carlos Delgado (PAICV) e Armindo da Luz (MPD).

O Sr. Deputado Odailson Bandeira (PAICV), na sua intervenção, destacou a situação deste ano agrícola na ilha de Santo Antão, tendo motivado esclarecimentos dos Srs. Deputados Armindo da Luz (MPD), Eva Ortet (PAICV) e Fernando Frederico (PAICV).

O Sr. Deputado Luís Alves (MPD) interveio em relação aos investimentos realizados na ilha do Fogo nas diversas áreas sociais. Saudou, ainda, o Governo pelo combate à praga de lagarta do cartucho no milho. Esta intervenção suscitou esclarecimentos dos Srs. Deputados Nuías Silva (PAICV), Filipe Santos (MPD), Carlos Lopes (MPD) e Luís Alves (MPD).

A Sra. Deputada Gisele Lopes (PAICV) referiu-se à adaptação dos Deputados ao novo Regimento da Assembleia Nacional e aos constrangimentos que têm surgido.

O Sr. Deputado António Monteiro (UCID), na sua intervenção, fez uma exposição sobre a situação económica da ilha de São Vicente, assim como o problema de inscrição de alguns jovens nas instituições de ensino.

O Sr. Deputado João do Carmo (PAICV) aproveitou os últimos minutos da sua bancada para homenagear o velejador Topade, que faleceu no passado dia 27 de Setembro.

Para responder às questões suscitadas durante esse período, usou da palavra o Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto, ao abrigo da alínea i) do artigo 114º do Regimento. Esta intervenção suscitou esclarecimentos dos Srs. Deputados António Monteiro (UCID) e Rui Figueiredo Soares (MPD), que aproveitou a ocasião para fazer também uma homenagem ao produtor e activista cultural Rui Machado, falecido no dia 10 do corrente. Na sequência, prestaram esclarecimentos, além do Sr. Ministro de Estado, dos Assuntos Parlamentares e da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto, o Sr. Deputado Emanuel Barbosa (MPD).

O Período de questões Gerais foi encerrado com a votação do Voto de Pesar em homenagem a António Vaz Cabral (Ntoni Denti d'Oru), tendo sido aprovado por unanimidade dos 56 Deputados presentes na Sala. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Ana Paula Moeda (PAICV), Emanuel Lopes (MPD) e Dora dos Reis (UCID).

Período da Ordem do Dia (P.O.D.) – Iniciou-se com o anúncio do Ponto II da Ordem do Dia – Aprovação de Projectos e Propostas de Lei, tendo a Sra. Secretária da Mesa (Mircéa Delgado) feito a leitura da Resolução que cria uma Comissão Eventual de Redacção, a qual foi aprovada, sem objecção.

Interpelaram a Mesa os Srs. Deputados Milton Paiva (MPD) e João Baptista Pereira (PAICV), solicitando ao Sr. Presidente que se fizesse alguns ajustes no texto do diploma antes de este ser submetido à votação.

De seguida, procedeu-se à votação final global do Projeto de Lei que Institui e Regulamenta o Estatuto do Trabalhador-estudante, tendo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes na Sala com 57 votos, sendo 34 do MPD, 20 do PAICV e 3 da UCID. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Odailson Bandeira (PAICV), Milton Paiva (MPD) e Dora dos Reis (UCID).

A Sra. Ministra das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação (Eunice Silva) procedeu à apresentação, na generalidade, da Proposta de Lei que procede à primeira alteração da Lei n.º 60/VIII/2014, de 23 de Abril, que estabelece o Regime das Operações Urbanísticas, designadamente o Loteamento, a Urbanização e Conservação de Edifícios.

Entretanto, o Sr. Deputado José Maria Fernandes da Veiga (PAICV) usou da palavra para dar esclarecimentos sobre o relatório-parecer da Comissão Especializada de Economia, Ambiente e Ordenamento do Território, antes do Sr. Deputado João Duarte (MPD) proceder à leitura da parte conclusiva do mesmo.

Seguidamente, o Sr. Deputado José Maria Fernandes da Veiga (PAICV) reforçou os esclarecimentos que tinha dado relativamente ao relatório-parecer da 3ª Comissão.

O Sr. Deputado Rui Figueiredo Soares (MPD) interpelou a Mesa, tendo apresentando uma proposta de suspensão.

A Reunião Plenária foi suspensa às 12 horas e 30 minutos e retomada às 14 horas e 35 minutos com a continuação da apreciação, na generalidade, da Proposta de Lei que procede à primeira alteração da Lei n.º 60/VIII/2014, de 23 de Abril, que estabelece o Regime das

Operações Urbanísticas, designadamente o Loteamento, a Urbanização e Conservação de Edifícios.

Ainda sobre a questão do parecer, usaram novamente da palavra os Srs. Deputados José Maria Fernandes da Veiga (PAICV) e João Duarte (MPD), tendo o Sr. Presidente esclarecido que o relatório-parecer da 3ª Comissão existe e que o diploma está em condições de ser apreciado pelo Plenário.

A pedido do Sr. Deputado Moisés Borges (PAICV), o Sr. Presidente também esclareceu que foi solicitado o parecer da Associação Nacional dos Municípios, parecer este que foi distribuído aos Deputados via email.

No decurso do debate desta proposta de lei, usaram da palavra, a diverso título, além da Sra. Ministra das Infra-estruturas, Ordenamento do Território e Habitação e do Sr. Ministro do Estado, dos Assuntos Parlamentares, da Presidência do Conselho de Ministros e Ministro do Desporto, os Srs. Deputados José Maria Fernandes da Veiga (PAICV), Vera Almeida (PAICV), Dália Benholiel (MPD), Moisés Borges (PAICV), Mircéa Delgado (MPD), João Duarte (MPD), António Monteiro (UCID), João dos Santos Luís (UCID) e Joana Rosa (MPD).

O Sr. Deputado João Baptista Pereira (PAICV) questionou sobre a hora da votação da referida proposta de lei, tendo o Sr. Presidente informado que a votação acontece ao abrigo do n.º 2 do artigo 137º do Regimento, designadamente: “Quando o Presidente não tenha fixado a hora da votação, esta tem lugar uma hora depois do encerramento do debate”.

De seguida, o Sr. Deputado Rui Figueiredo Soares (MPD) solicitou uma suspensão por um período de 30 minutos, ao abrigo do artigo 110º do Regimento.

Após a suspensão, o Sr. Deputado Rui Semedo (PAICV) interpelou a Mesa, tendo o Sr. Presidente prestado esclarecimentos sobre o artigo do Regimento que suscitou dúvidas ao referido Deputado.

O Sr. Secretário de Estado para as Finanças (Gilberto Barros) apresentou a Proposta de Lei Proposta que estabelece os procedimentos de constituição, emissão e gestão da dívida pública decorrentes da necessidade de financiamento interno ou externo para a execução dos programas de investimentos do sector público administrativo.

No período de esclarecimentos, usaram da palavra o Sr. Deputado Julião Varela (PAICV) e o Sr. Secretário de Estado para as Finanças (Gilberto Barros).

O debate, na generalidade, da Proposta de Lei que estabelece os procedimentos de constituição, emissão e gestão da dívida pública decorrentes da necessidade de financiamento interno ou externo para a execução dos programas de investimentos do sector público administrativo, ficou suspenso devido à votação à hora marcada.

Quando eram 16 horas e 48 minutos, ao abrigo do n.º 2 do artigo 137º (votação à hora marcada) do Regimento da Assembleia Nacional foi submetido à votação, na generalidade, o seguinte diploma:

– Proposta de Lei que procede à primeira alteração da Lei n.º 60/VIII/2014, de 23 de Abril, que estabelece o regime das operações urbanísticas.

A Proposta de Lei que procede à primeira alteração da Lei n.º 60/VIII/2014, de 23 de Abril, que estabelece o regime das operações urbanísticas, foi aprovada com 33 votos a favor, do MPD; 25 votos contra, sendo 22 do PAICV e 3 da UCID; e nenhuma abstenção. Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Maria Fernandes da Veiga (PAICV), João Duarte (MPD) e João dos Santos Luís (UCID).

A Reunião Plenária foi encerrada às 16 horas e 58 minutos.